



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP Ensina Sociologia

O Presidencialismo de Coalizão

Autor: Erik Akio Higaki

1º. Semestre de 2019

Roteiro de Atividades Didáticas

Atividades Didáticas - Quadro Geral

Atividade 01: Os Poderes da República e os Entes da Federação: Instituições e Atores

Atividade 02: Entendendo a origem da regra do jogo: a Constituição de 1988

Atividade 03: O Sistema Político Brasileiro: Presidencialismo de Coalizão

Atividade 04: Avaliação: Analisando fatos históricos por manchetes de jornais

Público: Alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas.

Resumo: As escolhas institucionais consolidadas na Constituição de 1988 - considerada um texto incomum - iniciaram novas dinâmicas no processo decisório da Presidência da República e nas relações entre a maioria e a minoria no governo. A compreensão das principais características, do funcionamento e da operação do sistema político brasileiro configurado após a abertura política e a transição democrática - denominado, por Sérgio Abranches, de "Presidencialismo de Coalizão" - é fundamental para entender questões políticas atuais. As quatro atividades, descritas a seguir, foram elaboradas para introduzir noções básicas do sistema político brasileiro no ensino médio.

Justificativa: A imprensa divulga, diariamente, uma variedade de notícias sobre os efeitos da atual crise política, reformas constitucionais, negociações entre o presidente da República e o Congresso e conflitos políticos-partidários. As pautas se baseiam, em

grande parte, nas dinâmicas do sistema político brasileiro. As atividades visam, portanto, introduzir características e conceitos do denominado “Presidencialismo de Coalizão”, perpassando por outros temas, como a Constituição de 1988, e estimular a reflexão sobre questões atuais.

Objetivo: As atividades propostas neste repertório trilham conteúdos relacionados ao atual sistema político brasileiro. Para isso, no entanto, são colocados desafios e reflexões sobre o funcionamento das principais instituições brasileiras e os entraves instituídos pela Constituição de 1988. Ao fim da última atividade, é esperado que o aluno tenha aprendido as noções básicas sobre as principais características do Presidencialismo de Coalizão e consiga compreender alguns problemas políticos atuais à luz das dinâmicas do sistema político.

Metodologia: Os conteúdos explorados nas aulas de Sociologia no ensino médio não devem se resumir a uma transposição de referências bibliográficas da academia. Dessa forma, é importante a utilização de recursos didáticos diversificados e que envolvam, do modo mais intenso possível, a participação do aluno. Este repertório didático, para abordar o tema Presidencialismo de Coalizão, perpassa desde assuntos mais gerais sobre o funcionamento das principais instituições brasileiras e seus atores até os atributos do sistema político brasileiro. Para isso, as atividades propõem a utilização de jogos, vídeos, gráficos, jornais e trechos de artigos acadêmicos.

Duração: 3,3 horas (4 aulas de 50 minutos).

ATIVIDADE 01 (1ª. aula)

Os Poderes da República e os Entes da Federação: Instituições e Atores

A primeira aula será dedicada, integralmente, a um jogo de adivinhação e desafios. O jogo, elaborado pelo Fast Food da Política, consiste em um tipo de quebra cabeça que combina os três poderes da República (Legislativo, Executivo e Judiciário) e os três entes da federação (União, Estado e Município). O aluno, ao final do jogo, terá

aprendido quem são os representantes de cada Poder nos diversos níveis da federação e quais são as suas atribuições, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

1) Método: Aplicação do jogo “Cargos e Cargas”, do Fast Food da Política. O jogo pode ser baixado gratuitamente pela internet. A confecção das peças do jogo é simples e acessível: o professor precisará apenas de algumas impressões coloridas, cola e tesoura. Após confeccionadas, as peças poderão ser reutilizadas em outras aulas.

2) Endereço Eletrônico:

<http://fastfooddapolitica.com.br/projetos/baixe-nossos-jogos-classicos/>

Após o preenchimento de um breve formulário, o site iniciará o download de dois arquivos em PDF: (I) o manual; (II) e as peças do jogos. O jogo “Cargos e Cargas” está localizado a partir da página 35 do manual e da página 01 do arquivo de peças do jogo.

3) Descrição: A sala deverá ser separada em grupos de até 07 pessoas. Para cada grupo, o professor deverá providenciar um jogo do “Cargos e Cargas” e um manual.

Antes de explicar as regras do jogo, o professor deverá ler, juntamente com os grupos, o breve texto indicado no manual, nas páginas 35 e 36:

Trecho 01

“Para começar, o que são... As Esferas de Governo?”

A República Federativa do Brasil tem um enorme território e, com as grandes diferenças regionais, precisa repartir tarefas entre diversos entes, um desafio na busca pelo equilíbrio e igualdade. Assim, a administração do Estado brasileiro é dividida em três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Todos os estados (incluindo o Distrito Federal) e os municípios são membros da Federação – estes últimos a partir da Constituição de 1988 – e, assim, tem suas administrações com diferentes níveis de autonomia, cujos limites determinam os assuntos que podem ser tratados por cada Poder - falaremos de cada um deles a seguir. Não há hierarquia entre os diferentes níveis de governo e, ao contrário do que muitos imaginam, o Presidente da República não manda nos Governadores, que também não mandam nos Prefeitos. No Brasil, existem 26 estados membros, um Distrito Federal e 5.570 municípios, cada um com um chefe do Executivo e parlamentares.

Para trabalharem juntos, foi firmado o Pacto Federativo, que é uma aliança política e administrativa entre União, estados, DF e municípios em que se estabelecem funções, direitos e deveres de cada um. A União tem responsabilidade sobre temas de interesse nacional, os estados atuam em

áreas de interesse regional e cabem aos municípios os assuntos locais. O Distrito Federal acumula competências tanto dos estados como dos municípios. (...)

Nível Federal: ou União, refere-se ao país como um todo. Nível Estadual: refere-se à divisão do território por estados, no Brasil, temos 26 estados (como Amapá, Rondônia, São Paulo etc). Nível Municipal: refere-se aos municípios (ou cidades), o Brasil é o único país do mundo que reconhece os municípios como unidades federativas.

E os Três Poderes?

A iniciativa de separação dos poderes surgiu com Aristóteles (384 a.C - 322 a.C.), que enxergou a necessidade da divisão do poder do Estado em mais de um cargo ou instituição para evitar abusos dos representantes em relação aos indivíduos e para que a sociedade fosse mais equilibrada. O modelo de divisão do poder em 3 diferentes estruturas (Legislativo, Executivo e Judiciário), o que vivemos atualmente, foi sugerido por Montesquieu (1689-1755) e é uma cláusula pétrea da Constituição Brasileira: “Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (Fast Food da Política, pp. 35 e 36).

A leitura do trecho 01 e a explicação das regras dos jogos deverão ser concluídas em 15 minutos.

As peças do jogo formam nove espaços de intersecção entre os três Poderes da República e os três Entes da Federação. Na primeira etapa, que deverá durar até 15 minutos, os grupos deverão montar o quebra-cabeça encaixando as partes brancas, referente aos cargos, de acordo o Poder e o nível. Na segunda etapa, de até 15 minutos, com os cargos revelados, os alunos deverão descobrir quais são as cargas (responsabilidades) de cada um.

O gabarito encontra-se na página 43 do manual.

4) Recurso Didático: jogo “Cargos e Cargas”, do Fast Food da Política.

ATIVIDADE 02 (2ª. aula)

Entendendo a origem da regra do jogo: a Constituição de 1988

Arantes e Couto (2009) realizaram, na Constituição de 1988 e de outros países, a contagem de dispositivos classificados em dois conceitos: Polity, que são as (1) "Definições de Estado e Nação; (2) Direitos individuais de liberdade e de participação

política; (3) Regras de jogo e (4) Direitos materiais orientados para o bem-estar e igualdade" (Arantes & Couto, 2009, pp. 26)"; e policy, que refere-se às políticas públicas. O esperado é que uma constituição de um país democrático qualquer tenha, predominantemente, dispositivos classificados como polity, que são os atos normativos que definem a "regra do jogo". A policy, portanto, deve ser exceção em um texto constitucional. No entanto, os autores constaram que a Constituição de 1988 possui 30,5% de policy em seu texto: é a maior proporção de todos os países analisados. Por isso, Arantes e Couto afirmam que a Constituição brasileira é incomum.

Os efeitos desse aspecto incomum da Constituição Cidadã geram a necessidade de constantes reformas constitucionais, para possibilitar o início de uma nova agenda política - o que impacta, diretamente, o sistema político brasileiro. É comum, por exemplo, que a cada início de mandato o presidente da República anuncie uma série de mudanças na Constituição, para garantir que consiga implementar a sua plataforma política, escolhida na eleição. Uma reforma constitucional, no entanto, exige a maioria qualificada no Congresso Nacional. Sendo assim, os entraves para uma coalizão governista são maiores, pois o presidente precisa construir, por meio de suas prerrogativa e da barganha, uma super-maioria.

Método: Exibição do documentário "30 Anos da Constituição" e trechos de entrevistas dos ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

Endereço Eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=hv7U_yNZoGg

Descrição: A atividade desta aula está dividida em dois momentos. O primeiro envolve a exibição do documentário "30 Anos da Constituição", da TV Justiça, de 25 minutos, que mostrará o ambiente político da Assembleia Constituinte e a busca pelo consenso em disputas travadas por diversas visões. O segundo momento, que deverá ser iniciado imediatamente após a exibição do documentário, consistem em uma tarefa em grupo com a discussão de trechos de entrevistas de ex-presidentes da República sobre a Constituição de 1988. O principal objetivo é que o aluno faça uma conexão entre o documentário e os entraves destacados pelos ex-presidentes - evidenciando, assim, os

impactos diretos do texto constitucional em possíveis distorções do sistema político brasileiro.

Trecho 01: José Sarney

"[...] eu e todos os governantes seguintes fomos obrigados a elevar a carga fiscal para viabilizar a Constituição, que transferiu recursos aos estados e municípios sem delegar encargos. O Brasil parou nestes vinte anos e só agora recomeça a caminhar. Quem pagou? O povo. Até hoje o impasse criado pela Constituição está aí. Ela é o grande problema a resolver" (Sarney, 2008). Trecho extraído da tese de doutorado de Elias Medeiros Vieira (Vieira, 2013, pp. 79).

Trecho 02: Fernando Collor de Melo

"[...] o regime presidencialista, aliado ao modelo de nosso sistema eleitoral e partidário, gera o chamado "presidencialismo de coalizão" que, desde a redemocratização de 1946, carrega o estigma do fisiologismo político. Meu governo, por não aderir a tal prática, conviveu com todas as dificuldades e desvantagens advindas desse modelo" (Mello, 2008). Trecho extraído do site: <https://gilvanmelo.blogspot.com/2008/10/20-anos-de-constituo-7.html> (acessado em junho de 2019).

Trecho 03: Fernando Henrique Cardoso

"Em suma, dá para governar com a Constituição, mas suas virtudes democráticas, garantias dos inalienáveis direitos, e a consecução de seus ideais de justiça social requerem capacidade administrativa, bom senso e, sobretudo, coragem para, sem deixar de gabar o que há de bom no texto constitucional, continuar a modificá-lo para melhorá-lo: preço que pagamos por termos escolhido fazer uma Constituição tão detalhista, quanto principista" (FHC, 2008). Trecho extraído do site: http://gilvanmelo.blogspot.com/2008_10_02_archive.html (acessado em junho de 2019).

Trecho 04: Lula da Silva

"ela (a Constituição de 1988) pode ser considerada muito detalhista nos seus dispositivos e complicada na relação entre os Poderes, mas não há dúvidas de que, na essência, estabeleceu compromissos profundos e radicais com a democracia e os direitos individuais de todos os cidadãos" (Lula da Silva, 2008). Trecho extraído do site: <https://gilvanmelo.blogspot.com/2008/10/20-anos-de-constituo-4.html> (acessado em junho de 2019).

4) Recurso Didático: Documentário e trechos de entrevistas.

ATIVIDADE 03 (3ª. aula)

O Sistema Político Brasileiro: Presidencialismo de Coalizão

Anos após a promulgação da Constituição e da definição das escolhas institucionais, algumas abordagens teóricas sobre sistema político começaram a ganhar espaço na literatura. A maioria dos pensadores apontava que, no âmbito do sistema político brasileiro, os sistemas eleitoral e partidário criavam obstáculos à governabilidade

do presidente da República. O Brasil estabeleceu a combinação de três modelos eleitorais: o majoritário de dois turnos, para os cargos de presidente, governador e prefeito; o majoritário de turno único, para o cargo de senador; e proporcional com lista aberta, para os cargos de deputado e vereador. Pereira e Mueller (2003) introduzem na literatura e exploram um mecanismo que se transformou na marca do sistema político brasileiro: a barganha política – seja por distribuição de cargos ou recursos financeiros (lícitos e ilícitos). Eles defendem, portanto, que a combinação das restrições das regras internas do Congresso e dos poderes legislativos do presidente, por um lado, e das regras eleitorais e da barganha, por outro, são as forças decisivas para a formação da coalizão em torno do presidente.

A fragmentação partidária, nesse contexto, é uma consequência dos sistemas eleitoral e político importante na formação de maioria pelo Presidente. Por isso, nesta atividade, serão utilizados gráficos sobre a fragmentação partidária no decorrer do tempo e um trecho de um artigo sobre as dinâmicas do presidencialismo de coalizão.

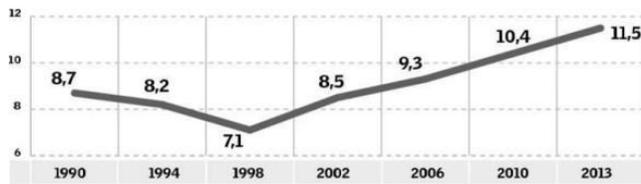
Método: Explicação sobre o Presidencialismo de Coalizão e utilização de gráficos e texto acadêmico.

Descrição: O professor deverá, primeiramente, introduzir a relação entre o sistema eleitoral e o sistema político, explicando as principais características dos três modelos de sistema eleitoral - o majoritário de dois turnos, para os cargos de presidente, governador e prefeito; o majoritário de turno único, para o cargo de senador; e proporcional com lista aberta, para os cargos de deputado e vereador - e suas consequências para a fragmentação partidária.

Em seguida, o seguinte gráfico deverá ser exposto para a análise e discussão dos alunos:

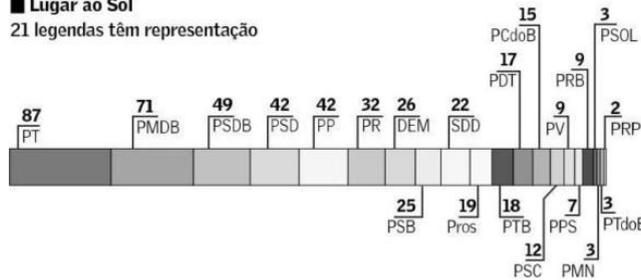
O recordista

Número efetivo de partidos na Câmara cresce 62% em 15 anos



Lugar ao Sol

21 legendas têm representação



Campeão mundial

Parlamento brasileiro é o mais fragmentado - em %

País	Ano	Nº efetivo de partidos
Brasil	2013	11,5
Bélgica	2010	8,42
Bósnia e Herzegovina	2010	7,67
Israel	2013	7,28
Finlândia	2011	5,83
Holanda	2012	5,7
Chile	2009	5,64
Dinamarca	2011	5,61
Suíça	2011	5,57
Índia	2009	5,01
Suécia	2010	4,54
Áustria	2008	4,24
Noruega	2009	4,07
Alemanha	2009	3,97
Itália	2013	3,47
Nova Zelândia	2011	2,98
Portugal	2011	2,93
Austrália	2010	2,92
França	2012	2,83
Rússia	2011	2,8
Uruguai	2009	2,65
Espanha	2011	2,6
Reino Unido	2010	2,57
Canadá	2011	2,41
EUA	2010	1,97
Venezuela	2010	1,97
Bolívia	2009	1,85

Fonte: Cebrap, Universidade de Dublin e elaboração do Valor.

Gráfico extraído do site:

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/01/06/fragmentacao-partidaria/> (acessado em junho de 2019)

A proposta é fomentar a discussão em torno do expressivo crescimento do número de partidos efetivos no Congresso Nacional. Em seguida, evidenciar que o Brasil possui a maior fragmentação partidária do mundo. Assim, é esperado que o debate fique em torno dos efeitos do sistema eleitoral sobre o número de partidos e, quanto maior for a

fragmentação partidária, maior será a dificuldade do Presidente formar uma coalizão governista.

Para concluir o tema e fazer um panorama geral do Presidencialismo de Coalizão, o seguinte texto de Sérgio Abranches, pensador que introduziu o termo “Presidencialismo de Coalizão” na literatura, deverá ser apresentado para a discussão em sala:

Trecho 01

“Apenas uma característica, associada à experiência brasileira, ressalta como uma singularidade: o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, "presidencialismo de coalizão" (Abranches, 1988, pp. 21).

Recursos: Gráficos e trecho de artigo acadêmico.

ATIVIDADE 04 (4ª. aula)

Avaliação: Analisando fatos históricos por manchetes de jornais

A avaliação de conhecimentos sobre as três atividades do tema “Presidencialismo de Coalizão” consistirá em debates e na elaboração de uma redação em grupo. O objeto de discussão será um conjunto de manchetes de jornais históricos sobre momentos de tensão do sistema político brasileiro.

Método: Debate, em grupo, sobre uma manchete de jornal específica. Cada grupo deverá elaborar uma redação com as suas principais conclusões.

Descrição: A sala deverá ser dividida em seis grupos de alunos. Cada grupo receberá uma imagem da capa de um jornal.

Imagem 01: Crise no Governo Collor

CALENDÁRIO

SEGUNDA 1 dia
Voto de voto para o presidente do governo. O presidente tem 333 deputados a favor e 133 contra.

SEGUNDA 1 dia
O pedido de pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São

TERÇA 1 dia
O pedido de pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São

TERÇA 1 dia
O pedido de pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São O pedido de impeachment a o presidente de Collor será enviado a São

VOTO DECLARADO DOS DEPUTADOS

379 x 35

A FAVOR CONTRA

Em cima do muro: **89**

Se necessitar 333 votos para aprovar o pedido de impeachment.

Collor faz loteamento do desespero

AMANHÃ

Controle o voto de seu deputado

O caderno especial "Dia Oficial no Congresso" terá amanhã os nomes e telefones de todos os deputados federais que votam terça e quinta de impeachment do presidente Collor. Tem ainda uma tabela para você controlar a votação dos parlamentares.

DEPOIS DO VOTO

DE POPOLO DA AMÉRICA DO SUL, n. 1346



- ★ 'Diário Oficial' será gordo, diz governista
- ★ Oposição quer chamada oral no 'Dia D'

O presidente Collor passou a controlar pessoalmente o loteamento dos cargos de segundo e terceiro escalões nos ministérios e nos estados para, no desespero, tentar impedir o impeachment. Só na noite de quinta, recebeu 20 deputados para barganhar verbas para sair do cargo. "O Diário Oficial" vai sair grande na próxima semana", afirmou o deputado governista Roberto Jefferson (PTB-BR), em alusão à liberação de verbas e à entrega de cargos. "Não é nada de mais. A oposição também está lotando os cargos do governo federal", afirmou outro peixeiro de confiança do Planalto, Nelson Marquetti (SP). O Ministério da Ação Social anunciou a devolução de US\$ 60,4 milhões para propiciar entre julho e setembro,

Collor não estava autorizado, só tinha liberado US\$ 1,07 milhão. Jefferson disse que Marcelo também está esprechado em defender Collor. Questionado pelo Pánel se o ministro da Economia pertence ao "regulador da morte", respondeu: "É claro que ele já recebeu a carteira. É o mesmo nome". Prosseguiu com o eventual encaminhamento do "Dia D" na Câmara, na terça, a oposição quer ouvir todos para controlar os "desvios". Quer também que a votação seja feita com chamada oral. O governador Antônio Carlos Magalhães (PFL, BA) criticou a tramitação do processo contra Collor. Disse que pode fazer oposição a Collor, mas admitiu o pacto do PFL. Afirmando também acreditar em distorções, voltou a dizer: "regra 3-

CONTAGEM REGRESSIVA

FALTAM

4

dias para votação do pedido de impeachment do presidente Collor

Imagem extraída do seguinte site:

<https://portalnoar.com.br/a-historia-se-repete-dilma-segue-roteiro-do-impeachment-de-collor/> (acessado em junho de 2019).

Imagem 05: Crise no Governo Temer

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 97 • SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2017 • Nº 32.151 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 23H58 • R\$ 4,00

INDEX LAVA JATO

CELSO ROCHA DE BARRROS
Para comemorar um ano sem Dilma, Michel decidiu cair
Poder A11

VINICIUS MOTA
Presentear quem subornou a República agride a cidadania
Opinião A2

Governo enfrenta desafios em série para sobreviver
Poder A6

Para além do áudio, entenda o que pesa contra o presidente
Poder A14

AÉCIO NEVES
Fui vítima de uma armação criminosa
Fui vítima de criminosa armação. Mas isso não significa que eu não tenha errado. Diante da necessidade de dedicar-me à minha defesa, deixo de ocupar nesta Folha o espaço que, durante quase seis anos, ocupei semanalmente para discutir o país. Tendências/Debates A3

O senador Aécio Neves deixa de ser colunista da Folha

‘Não renuncio; se quiserem, me derrubem’, afirma Temer

Em entrevista à **Folha**, presidente diz ter sido ingênuo ao conversar com Joesley, dono da JBS



Enfrentando a crise mais grave de seu governo, o presidente Michel Temer (PMDB) diz que renunciar seria uma admissão de culpa e desafia seus opositores. “Se quiserem, me derrubem.”

Em entrevista a Fábio Zanini, Daniela Lima e Mariana Dias, no Palácio da Alvorada, Temer afirma que, ao receber Joesley Batista fora da agenda em sua residência oficial, em março, não sabia que o empresário era alvo de investigações.

O dono da JBS, de forma escondida, gravou a conversa com o presidente e a utilizou para negociar um acordo de delação premiada.

“Eu tenho demonstrado com relativo sucesso que o que o empresário fez foi impedir uma conversa”, diz.

Questionado sobre eventual culpa, Temer respondeu: “Ingenuidade. Fui ingênuo ao receber uma pessoa naquele momento”.

Como a lei determina o registro do encontro na agenda, Temer reconhece que também falhou nesse ponto.

Sobre o ex-assessor Rodrigo Rocha Loures (hoje deputado federal pelo PMDB-PR), flagrado com uma mala de dinheiro, Temer diz que mantinha com ele “relação institucional”. Sem aprovar a atitude do ex-auxiliar, o presidente defendeu seu caráter. “Ele é de boa índole.”

Na entrevista, Temer ainda disse que o apoio do PSDB durará até 31/12/2018 e que vai revelar força política na “votação de matérias importantes”. *Entrevista da 2ª Pág. A6*

Folha - O sr. acha que é moralmente defensável receber um empresário tarde da noite, fora da agenda, que estava sendo investigado?
Temer - Eu nem sabia que estava sendo investigado.
Folha - O sr. não sabia?
Temer - Não, no primeiro momento, não.

Michel Temer em entrevista exclusiva à **Folha** no Palácio da Alvorada, neste domingo

Imagem extraído do site: <http://portal.comunique-se.com.br/wp-content/uploads/2017/06/folha-temer.jpg> (acessado em junho de 2019).

Imagem 06: Crise no Governo Bolsonaro



Demétrio de Oliveira: Craxia e a trajetória do político ao longo de 32 anos

O GLOBO

ESCOLAS MILITARIZADAS, VOLVER
MODELO CRESCER NO PAÍS

Bolsonaro rebate Rodrigo Maia e amplia crise
No Congresso, presidente diz que não tem parte na Proim e que a maioria não tem parte

Letra Bolsonar: “A qualidade é a qualidade de quem politiza”
Bate direita governadores do presidente

Justiça Eleitoral: quem explica força tarefa

“Mas o que é o crime de crime?”

Imagem extraída do site:

https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSsT_JIKVenams32q7gFpqXmIYG2HQ09Vzofpe47p20PWNbX2ByHQ (acessado em junho de 2019).

O objetivo é que os alunos façam uma reflexão sobre as imagens à luz das outras três atividades realizadas. Os grupos devem resgatar elementos do sistema político brasileiro que expliquem as crises noticiadas.

Recursos: Imagens - manchetes de jornais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio. (1988). "O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". Dados, 31 (1), 1988, pp. 5-32.

ARANTES, Rogério B.; COUTO, Cláudio G. (2009) "Uma constituição incomum" In: CARVALHO, M.A.R; ARAUJO, C. e SIMÕES, J.A. A constituição de 1988. Passado e Futuro. São Paulo : Hucitec: Anpocs, 2009, p. 17-51.

FAST FOOD DA POLÍTICA. Jogos Clássicos. Disponível em:

<<http://fastfooddapolitica.com.br/projetos/baixenossosjogosclassicos/>> (Acessado em junho de 2019).

PEREIRA, Carlos; Bernardo MUELLER. (2003). "Partidos Fracos Na Arena Eleitoral E Partidos Fortes Na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral No Brasil." Dados 46, no. 4 (2003): 735–71. 9

VIEIRA, Elias Medeiros. (2013). "Cultura política, capital social e cooperativismo: a reemergência da autogestão dos trabalhadores a partir da década de 1990". Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.